

CENSURA LITERÁRIA, FILOSÓFICA E MORAL: O L'AFFAIRE SADE*

LITERARY, PHILOSOPHICAL AND MORAL CENSORSHIP: THE L'AFFAIRE SADE

Marcelo de Sant'Anna Alves Primo**

RESUMO

Aconselhado por André Breton, Jean-Jacques Pauvert descobriu e teve vontade de publicar a obra de Sade, pois a leitura dos escritos do marquês era de difícil acesso e as únicas edições disponíveis eram clandestinas. Entendendo que Sade possui lugar único na literatura, Pauvert toma à frente da edição de suas obras completas a fim de torna-las acessíveis com o nome do autor estampado, tirando-o da clandestinidade. Contudo, é intimado a comparecer e depor na Justiça Francesa para responder a um processo de atentado contra a moral e, em sua defesa, testemunhos como os de Breton, Bataille, Paulhan e do próprio Breton mostraram a relevância da obra de Sade para um conhecimento mais apurado do corpo e da condição humana. Nesse sentido, tentaremos mostrar que o *L'Affaire Sade* aponta para um dilema ainda bem atual: a censura e cancelamento de obras que sequer foram lidas, porém, condenadas sumariamente por julgamentos moralistas *a priori*.

PALAVRAS-CHAVE: Sade; filosofia; literatura; censura; moral.

ABSTRACT

Advised by André Breton, Jean-Jacques Pauvert discovered and wanted to publish Sade's work, as reading the marquis' writings was difficult to access and the only available editions were clandestine. Understanding that Sade has a unique place in literature, Pauvert takes charge of publishing his complete works in order to make them accessible with the author's name stamped, taking him out of hiding. However, he was summoned to appear and testify in French Justice to respond to a process of attack against morality and, in his defense, testimonies such as those of Breton, Bataille, Paulhan and Breton himself showed the relevance of Sade's work for a knowledge more accurate understanding of the body and the human condition. In this sense, we will try to show that L'Affaire Sade points to a still very current dilemma: the censorship and cancellation of works that have not even been read, however, summarily condemned by a priori moralistic judgments.

KEYWORDS: Sade; philosophy; literature; censorship; morals.

“Aborder Sade est toujours comme entreprendre un voyage imprévisible. Personne ne peut vous conseiller, chacun s’y fait son propre chemin; de surcroît, il est rare qu’on y parcoure deux fois le même. Plus que chez tout autre écrivain, la lecture de Sade est une aventure toujours recommencé”.

Jean-Jacques Pauvert, *Sade vivant*.

* Artigo recebido em 09/07/2023 e aprovado para publicação em 13/11/2023.

** Professor de Filosofia do Colégio de Aplicação da UFS (CODAP/PPGF-UFS). Email: marceloprino_sp@hotmail.com.

“Por mais que tremam os homens, a Filosofia deve dizer tudo”.
Sade, *Histoire de Juliette*.

Exposto sucintamente no início de *L'affaire Sade*, o processo de edição das *Oeuvres Complètes* do Marquês de Sade começou em 1947 pelas Éditions Jean-Jacques Pauvert chegando a 24 volumes sendo que, à época, dois ainda estavam em curso de publicação.¹ Até então as obras de Sade nunca tinham sido compiladas, sendo por vezes condenadas e mergulhadas na clandestinidade.² Nesse sentido, o trabalho de resgate e de uma edição mais organizada e acurada dos textos do marquês tinha um único objetivo segundo o editor, a saber, o de “[...] facilitar o acesso do público intelectual a obra até aqui reservadas aos ricos compradores das edições clandestinas antigas ou modernas” (Pauvert, 1957, p. 9).³ A tiragem média dos volumes foi de 2000 exemplares e cada um deles tinha ilustrações reproduzidas das folhas de rosto das edições originais ou das páginas manuscritas. A apresentação era propositalmente discreta e cada obra possuía um prefácio e/ou notas bibliográficas. Em 1954 e 1955 a Comissão do Livro francesa, estando a par desta publicação, considerou que esses volumes conjugavam aos assuntos gerais da época descrições de cenas de orgias, crueldades, perversões consideradas inaceitáveis em relação aos bons costumes⁴. Assim, a supracitada Comissão emitiu o aviso de procedimento judicial para *La philosophie dans le Boudoir*, *La Nouvelle Justine*, *Juliette* e *Les 120 Journées de Sodome*. O processo aconteceu no dia 15 de

¹Eis os títulos publicados: *Justine*, 1 vol.; *La Nouvelle Justine*, 4 vol.; *Juliette*, 6 vol.; *Les Crimes de l'Amour*, 3 vol.; *Les 120 Journées de Sodome*, 3 vol.; *Dialogue entre un Prêtre et un moribond*, 1 vol.; *Les Infortunes de la Vertu*, 1 vol.; *La Philosophie dans le Boudoir*, 1 vol.; *Zoloé et ses acolytes*, 1 vol.; e *Aline et Valcour*, 4 vol. Os dois últimos volumes *Historiettes*, *Contes et Fabliaux* e *Écrits Politiques – Oxtiern* estavam para ser publicados à época.

² Pauvert fez um levantamento das edições existentes anteriores ao surgimento da sua edição das *Oeuvres Complètes* de Sade.

³ Interessante aqui recorrer a uma passagem do texto de Eduardo Jorge de Oliveira, que alude ao histórico de Sade que permite ver qual o seu lugar na contemporaneidade: “A desordem da própria vida, seus diversos encarceramentos e tumultos, fez com que sua obra fosse difusa, onde passagens por diversas prisões, como ainda Santa Pelágia e Bicêtre até ser condenado à internação no hospício de Charenton, em 1803, onde dirigiu espetáculos teatrais com os demais internos. Esse histórico fará com que ele seja um contemporâneo de pensadores e escritores ao longo do século XX, pois não apenas o autor, mas a própria obra, também ficou presa, ou melhor, suspensa. No limiar da redescoberta de sua obra no contexto do surrealismo, em um período conflituoso de guerras na Europa, ressaltamos as leituras da “libertação” de obra do Marquês dos anos trinta em diante por Maurice Heine, Pierre Klossowski, Jean Paulhan, Georges Bataille, Maurice Blanchot e seu incansável editor Jean-Jacques Pauvert, que se engajou durante toda a sua vida na edição das obras integrais do Marquês” (2019, p. 8). Ver principalmente a biografia de Sade feita por Pauvert *Sade Vivant*, 2 vols. Sobre o processo sofrido por Pauvert, ver Moraes (2006, p. 149-156).

⁴ Para Simone de Beauvoir, “os críticos que não fazem de Sade um monstro nem um ídolo, mas apenas um homem, um escritor, contam-se pelos dedos da mão. Graças a eles, Sade enfim voltou à terra, para o nosso meio” (1961:8). Nesse sentido, Apollinaire afirma: “Não há dúvida de que não está longe o dia em que, reunidos todos os materiais, há de ser possível esclarecer os pontos da existência de um homem notável que, todavia, permanecem misteriosos e sobre o qual correram e tem corrido ainda um número tão grande de lendas” (2007, p. 9).

dezembro de 1956, no 17º Tribunal de Paris e a sentença foi pronunciada em 10 de janeiro de 1957, sendo imposta uma multa ao editor de 120000 francos e ordenada a confiscação e destruição das obras condenadas. No mesmo ano, quando Maurice Garçon redigiu resumidamente todas as atas e etapas do processo no livro, a defesa entrou com recurso.

E em que se amparam os atos de acusação? Todo o arsenal jurídico do qual dispôs o ministério público francês para a instrução do processo está contido nos 73 artigos que constituem a lei de 29 de julho de 1881 sobre a liberdade de imprensa na França, lei a qual assegura, defende e circunscreve a liberdade de impressão e da livraria. Todavia, modificada para tornar-se mais repressiva em 1882, 1898 e 1907, ela permanece de tal forma durante todo o século XX como o sustentáculo sobre o qual se assenta o legislador (Levent, 2000). Dessa maneira, sucessivas leis cerceando a liberdade de publicação foram adotadas entre a 1ª e 2ª guerra mundiais, cedendo à pressão de associações familiares que entendiam a divulgação de *mauvaises lectures* como o motivo do declínio demográfico na França e, principalmente, sob a ação da Liga Francesa para a recuperação da moral pública que, após 2ª guerra, torna-se o Cartel de Ação Moral e Social⁵. A Liga era conduzida pelo cristão militante Daniel Parker⁶, que estava absolutamente convencido da perniciosidade de publicações pornográficas para a boa moralidade pública. Em 1939, ela representa 70 seções locais movidas por uma suposta neutralidade religiosa e política que intentam empreender uma luta firme contra toda e qualquer manifestação subversiva, concretizando a união de pessoas honestas contra proxenetas e pornógrafos, em nome da moral e do nome da França. Tal luta foi bem-sucedida culminando na instauração do decreto-lei de 29 de julho de 1939, que estipula multas e prisões para reprimir tudo sinalizasse e veiculasse a tão temida imoralidade aos olhos da Liga.⁷

Voltemos ao caso Sade. Pauvert foi processado por dois motivos: 1º) em 1954, pela impressão, venda e distribuição dos escritos *La Philosophie dans le Boudoir, Les 120 Journées*

⁵ A Liga para a Elevação da Moralidade Pública (LRMP), criada em 1883, é uma federação francesa de associações locais que trabalha pelo respeito ao que considera ser "bons costumes". Abolicionista em questões de prostituição, ela também se opunha à pornografia, ao alcoolismo e ao jogo. Iniciou muitas ações contra os filmes, antes de se dissolver em 1946. A liga publicou um periódico mensal, *Le Raise social*, de 1893. Foi sucedido em 1946 por *La Rénovation*, enquanto a Liga adotou o nome de Cartel de Ação Social e Moral.

⁶ O qual processou Boris Vian por *Vou cuspir em seu túmulo*. Seus membros incluem Maurice Leenhardt, professor da École Pratique des Hautes Etudes, Canon Viollet (que se juntou à Resistência), doutor Édouard Rist, deputado do MRP e prefeito de Versalhes André Mignot e Charles Richard-Molard, delegado geral do Cartel. A lei Marthe Richard, que defende o fechamento dos bordéis, é votada pela proposta do deputado do MRP Pierre Dominjon, membro do Cartel. Este também obtém o voto da lei de 16 de julho de 1949 sobre as publicações destinadas à juventude. Daniel Parker foi posto de lado depois que Gaston Gallimard descobriu, por um detetive particular, seu gosto por meninos menores de idade. Após tal episódio, A. Mignot o substituiu para ficar à frente do Cartel.

⁷ Para mais detalhes, ver o artigo de Jean-Marc Levent (*Lignes*, p. 109-126), "Un acte de censure "scélérat": Sade en procès.

de *Sodome* e *La Nouvelle Justine ou les malheurs de la Vertu* os quais, segundo a Comissão Consultiva Especial, todos contrários aos bons costumes; 2º) em 1956, pela impressão, publicação e divulgação de *Histoire de Juliette ou les Prosperités du Vice* que era vista também como uma afronta à moral religiosa. O processo é aberto em Paris em 1956, sendo Pauvert interrogado e a sua defesa consistirá em três pilares: 1º) provar que as obras de Sade são textos fundamentais de e para a literatura francesa; 2º) a defesa do direito ao acesso de uma minoria às obras proibidas pela censura; 3º) instaurar pontos de dúvida acerca do fundamento do que se entende por universalidade dos bons costumes. No interrogatório, Pauvert (1957, p. 44) esclarece o que é o eminente dever de um editor:

o papel de um editor é de colocar à disposição do público e, em particular, dos intelectuais os textos mais importantes da nossa literatura. Logo, os textos do Marquês de Sade são textos muito importantes na literatura francesa [...] é um dos autores franceses que, desde cinquenta anos atrás, mais é estudado no exterior. Há traduções de Sade em todas as línguas.

Mencionando que seu advogado esmiuçarà mais tais argumentos em sua defesa, Pauvert continua o seu relato diante do tribunal entendendo que as obras de Sade que ele editou atenderam à demanda da maior parte de universidades francesas e estrangeiras e, mais do que isso, são patrimônios da literatura⁸. O editor insiste que o objetivo da edição e publicação dos escritos do marquês não era propriamente para um grande público, mas, por ter sido uma tiragem limitada, o seu público-alvo seria filósofos, professores, médicos, enfim, homens de ciência. O que está em discussão não é a defesa dos atos obscenos descritos na obra de Sade e sim a sua importância de seus escritos, destituindo de fundamento o delito de ultraje aos costumes devido à sua pouca circulação.⁹ Expondo todas essas considerações a favor das publicações através de sua própria livraria, Pauvert arremata diante de seus acusadores: “quem fez essa aquisição sabe o que faz. Logo, não há ultraje” (p. 46).

⁸ Na defesa de Maurice Garçon, ele cita dois exemplos acerca da “legenda” Sade. Um do autor romântico Jules Janin e outro de Saint-Beuve. Ele cita um trecho do primeiro que está no *Journal des Débats*, escrito na *Revue de Paris* de 1834: “Não se enganem, o Marquês de Sade está em toda parte; ele está em todas as bibliotecas sobre um certo raio misterioso e escondido que sempre encontramos; é um desses livros que são colocados comumente atrás de um São João Crisóstomo ou dos *Pensamentos de Pascal*. Perguntem a todos os leiloeiros se eles fazem muitos inventários de bens nos quais não se encontre o Marquês de Sade. Até a polícia o torna próprio para consumo público...” (1957, p. 90, grifos do autor); quanto a Sainte-Beuve, na *Revue des Deux Mondes* de 1843 ele diz: “Há um fundo de Sade mascarado, mas não irreconhecível, nas inspirações de dois ou três de nossos romancistas mais credenciados...Eu ousaria afirmar que Byron e Sade (peço perdão pela aproximação) foram talvez os dois maiores inspiradores de nossos modernos, um mostrado e visível, o outro clandestino”. Lendo alguns de nossos romancistas em voga, se quiserem o fundo do cofre, os segredos da alcova, jamais percam esta última chave...”

⁹ Nesse sentido, ver o livro de Éric Marty, *Pourquoi le XX^{ème} siècle a-t-il pris Sade aux sérieux?* (2011).

A partir das considerações de Maurice Garçon, advogado de Pauvert no processo, outros depoentes falarão a favor da causa como Jean Paulhan, Georges Bataille, André Breton e Jean Cocteau (através de uma carta). Exporei aqui brevemente os argumentos deles para depois me concentrar nas conclusões e na defesa empreendida por Maurice Garçon. Este apresenta aos inquisidores Jean Paulhan, que é um estudioso do pensamento de Sade com diversos trabalhos publicados sobre o pensamento do marquês. O seu argumento consiste em primeiramente enfatizar a importância de Sade para os pensadores do século XIX como Lamartine, Baudelaire e Nietzsche. Em seguida, afirma que o marquês vivia em um século muito crédulo na bondade natural do homem e, *a contrario*, Sade teve o mérito de demonstrar minuciosamente que a humanidade é má e que amparou essa maldade na sexualidade antes mesmo de Freud. Paulhan desfere uma ironia diante do tribunal de acusação quando diz que

proibir os livros de Sade é o mesmo que, talvez, levando em conta que lemos todos os dias obras de seus discípulos, proibir o livro e permitir a mesma coisa nos jornais cotidianos. Teríamos aí algo de extremamente chocante (Pauvert, 1957, p. 49).

O escritor defende uma *pureza* na obra do Marquês, algo de puramente violento e estarrecedor, que é banalizado *ad extremum* por alguns veículos de comunicação contemporâneos. Quando o juiz pergunta a Paulhan onde se encontra a pureza nos escritos de Sade, ele responde que há uma pureza da destruição já afirmada por Saint-Just, isto é, um político revolucionário nada libertino.¹⁰ Chegando ao fim de seu depoimento, quando lhe é perguntado se não é perigoso colocar em prática teorias filosóficas a partir de exposições da maldade humana nas páginas de Sade, Paulhan (1957, p. 51) responde: “Não de todo. É muito difícil demonstrar que o homem é mal sem mostrar-lhe a condição da maldade”, citando exemplos dessa mesma condição humana na Bíblia, argumentando que tanto as obras de Sade como a própria Bíblia devem ser lidas com precaução. Em suma, o escritor entende que há um perigo moral nos escritos do marquês, mas que lê-lo não é toma-lo como exemplo: “é um exemplo que se mostra a não ser seguido” (p. 52).

Em seguida, vem o depoimento de Georges Bataille. Ele também é apresentado no tribunal por Maurice Garçon para dizer o que pensa das publicações feitas por Pauvert e para dizer em que medida existe – se é que existe – perigo e más consequências para os bons

¹⁰ Quando lhe perguntam se não acha perigosa a pureza da destruição na Filosofia de Sade, Paulhan responde: “Ela é perigosa. Conheço uma jovem que entrou no convento após ter lido as obras de Sade e porque ela as leu”. E querendo forçar uma resposta de Paulhan para dizer que foi um “mau” resultado ela ter ingressado no convento após a leitura, ele simplesmente responde: “Constato que é um resultado” (1957, p. 49-50).

costumes os escritos do marquês circularém mesmo que reservadamente. No seu testemunho, Bataille trata de dois aspectos concernentes à publicação empreendida por Pauvert: um em relação às descrições feitas por Sade em seus escritos e um de caráter demonstrativo, e é sobre este último que assentará a sua arguição perante os juízes. Segundo o autor, a maior inovação do marquês é ter mostrado que a humanidade encontra plena satisfação contemplando tanto a morte como a dor.

À primeira vista, isso poderia ser deplorável¹¹, mas se nos dermos conta da realidade será possível constatar que por mais condenável que seja essa contemplação ela desempenhou um papel histórico inegável. Assim, “do ponto de vista moral, é extremamente importante sabermos, já que a moral nos ordena obedecer à razão, quais são as causas possíveis da desobediência a essa regra” (p. 54-55). É aí que Bataille vê as obras publicadas de Sade como um autêntico documento imprescindível, já que o marquês soube esmiuçar e tornar sensível “a causa mais profunda que temos de desobedecer a razão” (p. 55). Neste primeiro movimento de sua argumentação, o filósofo arremata: tal desobediência é o móbil de todas as guerras na história, sendo impossível negligenciar isso. Dessa maneira, o que seria preciso deprendermos? Que Sade nos proporciona uma descida a um abismo de horror que precisamos conhecer e fazer ser conhecido, enquanto cumprimento de um dever Filosófico. Bataille (1957, p. 56) não tem dúvida alguma de que nos espíritos comuns, no máximo Sade despertaria uma curiosidade inconveniente e, nos espíritos mais esclarecidos, uma curiosidade erudita. Então ele diz com todas as letras: “Estimo que para qualquer um que queira ir a fundo sobre o que significa o homem, a leitura de Sade é não somente recomendável, mas perfeitamente necessária”.¹²

À época do julgamento, Cocteau e Breton não estavam em Paris e ambos enviaram uma carta. O primeiro foi bastante breve, afirmando que “Sade é um filósofo e à sua maneira um

¹¹ E Bataille inclui-se entre os que têm essa opinião: “Considero como perfeitamente condenável a contemplação da morte e da dor” (1957, p. 54).

¹² Segundo Levent, “Le piège progressivement se réfère: les témoins défendent la nécessité de lire Sade mais reconnaissent que sa lecture ne peut être réservée qu’à une minorité, compte tenu de ce qu’il montre” (2000; 16). Para Eliane Robert Moraes, “[...] o depoimento de Bataille reitera que haveria algum risco nessa leitura: se, por um lado, ele a considera ‘indispensável’, por outro, não hesita em afirmar que ela deveria ser ‘reservada’. Não deixa de ser curioso que essas palavras tenham sido pronunciadas justamente pelo autor de *Madame Edwarda*, de *Histoire de l’oeil* e de outros livros eróticos cuja divulgação, nessa linha de raciocínio, exigiria ‘precauções’ semelhantes. A princípio, poderíamos justificar tal cautela pelo fato de Bataille estar diante de um júri, no interior de um tribunal, e talvez comprometido com a argumentação dada pela defesa de Pauvert. Essa hipótese não deve ser descartada. Porém, não devemos descartar tampouco a possibilidade de o autor de *L’Érotisme* estar expressando suas próprias convicções. Sua declaração supõe certa concepção de perigo que, distinta daquela enunciada pelos guardiões oficiais da moral e dos bons costumes, constrói-se a partir de um conhecimento profundo da literatura sadiana” (2006, p. 150-151).

moralizador”¹³ e ataca-lo seria como “atacar as *Confissões* de Rousseau” (p. 62). Devido a seu estilo fastidioso e monotônico, nem valeria perder tempo censurá-lo mediante um processo, já que qualquer romance vagabundo americano é mais ousado do que qualquer página dos escritos do marquês. Ironicamente conclui a sua carta dizendo que “condenando-o, a França faltaria a seu sacerdócio”. Quanto à carta-testemunho de Breton, ela foi retida fora de Paris no dia do processo, não podendo ser lida na audiência. Logo de cara, o poeta surrealista cita uma frase de Sade quando este afirma que em seus livros somente se reporta às pessoas capazes de entendê-lo, não correndo perigo algum na leitura. Tomando a assertiva ao pé da letra, falar a alguém não é somente apontar o destinatário da mensagem, mas que tal ato só tem o poder de influenciar unicamente os que alcançam o conteúdo do que está escrito¹⁴. Breton argumenta é significativo que os intérpretes de Sade são homens de ciência – como Eugene Düehren e Maurice Heine, que são médicos – que publicaram ou republicaram os escritos do marquês, persuadidos de que o seu “conteúdo manifesto para os que se ativerem a ele, seria de provocar repulsa e não atração, em todo caso – por seus excessos mesmos – desagradando os amantes de publicações licenciosas, que são legião. O pretense ‘veneno’ comporta aqui o seu antídoto” (p. 64-65). Citando o livro de Charles Henry *La vérité sur le Marquis de Sade*, Breton assevera que a partir daí Sade não passou mais a ser visto como um monstro e sim como um moralista cujas lições não podem ser perdidas de forma alguma. Em defesa de Pauvert (1957, p. 66), ele encerra sua carta:

A cultura, como a liberdade, sendo a meu ver una e indivisível, testemunho, em minha alma e consciência que, *como nenhum outro*, Jean-Jacques Pauvert cumpre hoje o seu papel e contribui enormemente para a irradiação intelectual deste país, quando ele reedita Sade assim como reedita Littré (itálicos do autor).

Por fim, as argumentações do advogado de Pauvert, Maurice Garçon. Em suas “Conclusões” ou ajuizamentos, iniciando o livro *L’Affaire Sade*, o advogado mostra a necessidade de mostrar as razões históricas que levaram a Comissão de 1939 a ser criada sob o pretexto de salvaguardar a moralidade dos costumes, sendo que “nada é mais variável que a condição dos costumes e crer que é possível impor, nesta matéria, ideias definitivamente fixas,

¹³ Em consonância com Cocteau, Beauvoir afirma que “[...] é mais como moralista do que como poeta que Sade tenta quebrar a prisão das aparências” (1961, p. 58). Contudo, quanto ao estilo de Sade, não concorda com o poeta, pois “na sua jovialidade e violência, na sua arrogância e crueza, o estilo de Sade torna-se o de um grande escritor” (p. 38).

¹⁴ Breton cita vários exemplos dos “exegetas das obras de Sade” que “folhearam a alma humana” (1957, p. 64): Lamartine, Borel, Baudelaire, Stendhal, Nietzsche, Swinburne dentre outros.

beira a utopia” (Pauvert, 1957, p. 17). Por sua vez, as autoridades sempre abusam de seu poder, não cessando de buscar os meios de restringir uma liberdade que lhe parece temível por justamente contrariar as doutrinas que os censores defendem. Assim, “essa noção de mutabilidade escapa aos espíritos autoritários que são facilmente levados pela intolerância e pensam que uma mudança lhes subtrai o poder” (p. 19). Traçando um panorama histórico, político e social tanto da evolução dos costumes como da mudança das leis para justamente reprimir a produção literária que retrata tais mudanças, Garçon afirma que “os escritores um pouco livres viviam numa atmosfera irrespirável” já que “o livro é o veículo nobre do pensamento, servindo de suporte às mudanças intelectuais” (p. 26-27). Credo possuírem a verdade, gerações conservadoras passadas julgam com rigor gerações seguintes que pensam completamente diferente. Sucessivamente, opõem-se aos mais novos não aceitando as suas ousadas e inovações, pretendo “orgulhosamente em nome de sua pretensa experiência que só é, na verdade, o engano desencorajador de uma maturidade inacessível à novas ideias” (p. 33). Segundo Garçon, tal descrição inclusive corresponde ao *modus operandi* judicativo do Tribunal acusador de Pauvert, cuja “opinião é necessariamente atrasada [...] sobre os presentes costumes que evoluem sem cessar” (p. 32), principalmente no plano jurídico e moral.

Na *Plaidoirie* ou alegação da defesa – última etapa antes da sentença atribuída pelo tribunal a Pauvert – Garçon reforça algumas ideias já explanadas antes de todos os outros testemunhos de defesa. Em relação ao editor, ele afirma que “pela primeira vez um editor publicou abertamente, inscrevendo o seu nome em cada volume e indicando a marca e o endereço de sua casa” (p. 86), descartando a hipótese de que a sua editora seja especializada somente em pornografia, já que publicou outras obras de diversas tendências, estilos e teores literários¹⁵. No decorrer da defesa, uma questão é levantada: quando uma condenação é justificada? Toda e qualquer condenação pode ser revisada tendo como parâmetro a mudança de costumes, que mudam como as estações. Garçon é enfático: quando o assunto é os costumes “é preciso sempre desconfiar das opiniões preconcebidas e que se deve sempre, quando um problema é posto, examiná-lo em função do estado presente, sem se ocupar com o que foi pensado no passado” (p. 88). Quando tal procedimento é deixado de lado, o preconceito

¹⁵ Garçon prossegue com o raciocínio: “Ao mesmo tempo que publica abertamente a obra completa do Marquês de Sade, nos fornece uma nova edição do Dicionário Littré, o que é um belo alento para a grande casa que tinha publicado a primeira edição e que espera, sem dúvida, ser patrocinada pela caixa das Letras para correr riscos” (1957, p. 87). Com ironia, ele se reporta ao tribunal: “Se é, com efeito, um autor reprovado por excelência e condenado por presunção na pessoa de seus editores, é então irônico que o chamem de Divino Marquês”.

influencia diretamente nos julgamentos e, por meio de trechos recortados e descontextualizados que nem de longe permitiriam conhecer a obra completa de um autor,

a opinião coletiva quer que o Marquês de Sade seja condenado sem discussão. Logo, pouco dos que falam leram as suas obras. Pronunciam-se sem saber, segundo o que lhes disseram, o que é o mais perigoso dos métodos para juízes (Pauvert, 1957, p. 89).

O que o advogado argumenta em favor de Sade, de sua leitura, estudo e divulgação valeria para qualquer autor supostamente maldito, o que nos leva a refletir, pois se faz necessário “um estudo um pouco aprofundado antes de se pronunciar. Durante muito tempo sustentaram uma lenda sem se darem ao trabalho de verificar o fundamento” (Pauvert, 1957, p. 90)¹⁶.

Mesmo não abdicando de ser um libertino¹⁷ (e) licencioso e não podendo ser lido por moralistas afetados, Sade demonstrou que o quadro que pintou em suas obras só era um pretexto que nos convidava – e ainda convida - para reflexões filosóficas mais profundas, originais e muito além de seu tempo, sendo o “espírito mais livre que existe” (Pauvert, 1957, p. 94)¹⁸. Enquanto esteve preso, adquiriu o hábito de escrever e publicou *Justine*. Para sustentar a tese da perpétua mudança de costumes no decorrer dos tempos, Garçon menciona que, à época, *Justine* não causou alvoroço algum, podendo ser encontrado à venda em qualquer livraria e

¹⁶ É oportuno aqui quando Simone de Beauvoir afirma que “a lembrança de Sade foi desfigurada por lendas estúpidas; seu próprio nome se diluiu em palavras sombrias: sadismo, sádico; seus diários íntimos perderam-se, queimaram-se os manuscritos – os dez volumes das *Journées de Florabelle* por instigação do próprio filho – seus livros foram proibidos; embora, nos fins do século XIX, Swinburne e alguns curiosos se interessem pelo seu caso, só com Apollinaire lhe será dado um lugar nas letras francesas; ainda assim, está longe de tê-lo conquistado oficialmente: pode-se folhear obras alentadas e minuciosas sobre ‘As Ideias do século XVIII’, mesmo sobre a ‘Sensibilidade do século XVIII’, sem nelas encontrar uma única vez o seu nome”(1961, p. 7). Mesmo autores da literatura erótica oitocentista como Restif de la Bretonne e seu *Anti-Justine* e Mirabeau, com suas *Oeuvres Érotiques*, condenaram Sade: “a lenda nasceu. Ela não se dissipou até hoje. Restif de la Brétonne, conhecido em matéria de erotismo e Mirabeau, que não era mais inocente, contribuíram para acreditarem na história da dissecação. Acreditam nisso até hoje” (Garçon, 1957, p. 99).

¹⁷ Em uma carta à Senhora de Sade, datada de 20 de fevereiro de 1781, Sade afirma: “Sim, confesso, sou libertino, concebi tudo que se pode conceber no gênero, mas certamente não fiz tudo que concebi e não o farei jamais. Sou um libertino, mas não um criminoso nem um assassino, e já que me forçam a colocar minha apologia ao lado da minha justificativa, direi que talvez seja possível que aqueles que me condenam tão injustamente, como o sou, não estejam em condições de contrabalançar as suas infâmias por boas ações tão verdadeiras quanto aquelas que posso contrapor aos meus erros” (Sade, 1997, p. 229). Heumakers pondera que, na verdade, “em si mesma a conjugação entre libertinismo e filosofia não era nada de novo. No século XVIII, o libertinismo era entendido, sobretudo, como dissolução moral, mas, nos séculos anteriores, o conceito implicava diversos significados e a associação com a luxúria e a sensualidade nem sempre foi a sua característica mais importante” (1995, p. 140-141).

¹⁸ Garçon cita Apollinaire. E, segundo Bergen, “Loin de s’en tenir à un renversement des schèmes usuels de pensée qui laisserait inchangée la structure elle-même, il a inventé un autre espace, un autre découpage du réel – des corps et des mots –, traçant ainsi des lignes de fuite qui déboîtent, font filer, démontent les systèmes régnants au lieu de se contenter de les inverser” (2004, p. 41).

obteve um grande sucesso. Todavia, em pleno século XX, o seu editor foi levado à julgamento justamente pela republicação discreta e prudente da obra.

Foi preciso mais de um século para que, em eruditos e pessoas de ciência, fosse despertada a curiosidade de buscar a verdade histórica acerca de um escritor erroneamente retratado como um celerado e maníaco sexual: “vivo, o encarceraram, morto, colocaram barreiras em torno de suas obras para proibirem a leitura” (Sade, 1957, p. 108). Ao contrário de outros escritos libertinos de sua época, a obra de Sade em sua totalidade é até hoje o objeto de estudo de diversos trabalhos literários, filosóficos e científicos em relação aos mais diversos aspectos do pensamento de Sade¹⁹: a sua concepção de natureza, seu ateísmo²⁰, a sua moral e ética, sua psicologia sexual, seu estilo literário. Para Octavio Paz (1999, p. 72)

a obra de Sade não é somente uma longa invectiva contra a espécie humana; é também uma tentativa para despertar-la e dissipar os enganos que nublam nosso entendimento. Por mais singular que nos pareça seu pensamento e por mais solitária que seja sua figura, Sade é um homem e escreve para os homens.

À esteira da passagem de Paz, Garçon afirma que “este autor importante é, pelo efeito de uma conspiração geral, tido sob a moita” (p, 113). E um fator curioso é que as publicações *sobre* Sade foram e são publicadas sem maiores problemas ou até mesmo sem censura alguma, mas a leitura de *seus* livros foi proibida. Chegando ao final de sua defesa em favor de Pauvert, Garçon argumenta que, se os costumes representam das tendências de todo um coletivo, a edição das *Oeuvres Complètes* de Sade jamais poderia confrontar os costumes, porque ela é destinada a uma minoria que não se considera afrontada quando adquire livros que são seu instrumento de trabalho (p. 114). Ela tem o seu público-alvo específico, constituído por uma determinada categoria de leitores como médicos, filósofos e literatos, que só buscam aí um meio de instruir-se sobre seus respectivos campos de estudo. Sendo verdade que não se pode

¹⁹ No Brasil, a pesquisadora pioneira no Brasil nos estudos aprofundados sobre o pensamento de Sade foi Eliane Robert Moraes, autora de *Lições de Sade: ensaios sobre a imaginação libertina* (2006), *Sade: a felicidade libertina* (1994; 2016), dentre outras publicações da autora. Cito também o livro de Clara Castro, *Os libertinos de Sade* (2015). Da mesma maneira, os trabalhos de recepção de Sade no Brasil como a dissertação de Rodrigo D'Ávila Braga Silva *O Marquês de Sade no Brasil: tradução, recepção e crítica de Historiettes, Contes et Fabliaux* (2016) e o livro *O Marquês de Sade no Brasil nos anos 1960: o mercado editorial* (2014) em particular os anexos que contêm todas as obras de Sade em português brasileiro publicadas entre 1900 e 2016. Por fim, as traduções de algumas das obras de Sade por Luís Contador Borges. É evidente que há mais diversos artigos, resenhas, livros e outras produções acerca da Filosofia de Sade, mas fica impossível de citá-las todas aqui na íntegra.

²⁰ Neste aspecto em particular, Simone de Beauvoir critica Pierre Klossowski, quando diz que “arvorando-o [o ateísmo] Sade comete deliberadamente um ato de provocação que também é um ato sincero. Apesar do interesse de Klossowski, acho que ele traiçoa Sade, ao considerar a sua apaixonada negativa de Deus como a confissão de uma necessidade; sustenta-se hoje facilmente o sofisma de que atacar Deus é afirmá-lo, mas, na verdade, trata-se de uma noção inventada pelos homens que o ateu contesta” (1961, p. 42).

confundir o móbil e a intenção e que, tratando-se de costumes, a intenção se reduz ao único fato de uma publicação, permanece sendo uma publicação restrita, custosa e endereçada somente a leitores realmente interessados, sendo descartada a sua intenção fraudulenta. Dessa maneira, Garçon arremata diante do Tribunal:

De resto, não sejamos hipócritas e reconheçamos que temos visto outras e que suportamos cotidianamente, sem protestar, publicações que não possuem o triste privilégio de seu descrédito em uma reprovação tradicional (Garçon, 1957, p. 114).

Dessa maneira, parece que as palavras do testamento de Sade, que atestavam a sua vontade de desaparecer da superfície da terra ao mesmo tempo celebrando que a humanidade esqueceria completamente a sua memória²¹, não tiveram poder algum em todo *L'affaire Sade*. Sendo vítima de tantos ataques e censuras acerca de seu pensamento como foi o marquês de Sade, desde o século XVIII até o século passado, seus escritos só puderam ser vendidos após a atmosfera de liberdade em 1968 na França. O processo movido contra Pauvert claramente confirmou que, sendo visto como um autor obscuro e maldito estando vivo e mesmo depois de morto, “o marquês continua dando margem a especulações duvidosas que, não raro, desembocam em equívocos e preconceitos” (Moraes, 2006, p. 9).

O processo de Pauvert teve repercussão além do território francês como por exemplo no Japão e na Coreia²² e, no Brasil, não poderia ser diferente devido à coincidência entre o surgimento das primeiras traduções dos textos de Sade por aqui e o período da ditadura militar. Já antes, em 1957, um artigo intitulado “Cuidado com Sade” na Folha de São Paulo assinado por Domingos de Lucca Jr. já alerta para o perigo de editar e divulgar as obras do marquês: “[...] J.J. Pauvert, editor das obras do Marquês de Sade [...] está sendo processado por ultraje aos bons costumes [...] Lançamos o aviso, pois sabemos que há alguém em São Paulo querendo traduzir Sade” (1957, 8 jan., 1º Caderno, p. 2)”. Em 1964, reunindo meio milhão de pessoas, a

²¹ Para que...os sinais de meu túmulo desapareçam da superfície da terra do mesmo modo que me vanglorio de que minha memória desaparecerá do espírito dos homens” (1997, p. 11).

²² Por exemplo, sobre a censura dos textos de Sade no Japão, ver Sekitani, Kazuhiko “La lecture de Sade au Japon: la question de l’obscurité dans le procès Shibusawa/Ishii” cujo tradutor das obras, Shibusawa Tatsuhiko, foi acusado em 1961 no qual “a obscenidade está no centro do processo” (2004, p. 337). Sobre a censura das obras do marquês na Coreia, mais especificamente o livro *120 dias de Sodoma*, ver OLIVEIRA, Hilton Tonussi, quando afirma que em tal proibição estão envolvidas “questões morais que a sociedade prefere silenciar” (2014, p. 23). Ver também sobre o episódio nos links: https://www.rtp.pt/noticias/mundo/coreia-do-sul-levantou-proibicao-de-venda-de-novela-erotica-de-sade_n595183; <https://sicnoticias.pt/Lusa/2012-10-15-coreia-do-sul-levantou-proibicao-de-venda-de-novela-erotica-de-sade>; <https://entretenimento.uol.com.br/noticias/afp/2012/09/19/coreia-do-sul-proibe-o-livro-120-dias-de-sodoma-do-marques-de-sade.htm>; <https://gauchazh.clicrbs.com.br/portoalegre/noticia/2012/10/5-obras-polemicas-por-causa-do-sexo-3934381.html>.

“Marcha da Família com Deus pela Liberdade” primava pela moral e pela fé religiosa, tentando criar tanto uma atmosfera favorável à intervenção militar e como instigar as forças armadas para desferir um golpe de Estado (Oliveira, 2014). Exaltando a pureza e a disciplina por meio dos valores católicos e do reforço da moral social, teve na figura de Costa e Silva, no decorrer de seu mandato na presidência em 1968, um ferrenho defensor dos princípios religiosos. Assim sendo, se era permitida a plena divulgação de livros militares devido a serem “limpos” simbolicamente, a única chance dos textos de Sade serem publicados no Brasil em tempos ditatoriais era clandestinamente. Em uma entrevista de Eric Clark com Xavier de Sade, tataraneto do marquês, que saiu na revista *Realidade* no ano de 1973, consta que “dois livros de Sade foram proibidos no Brasil pela Censura Federal: *Filosofia na Alcova ou Escola de Libertinagem* (Coordenada Editora de Brasília, três edições a partir de 1968) e *120 dias de Sodoma* (Editora Hemus e Coordenada)” (Clark *apud* Oliveira, 2014, p. 103). Todavia, a atividade editorial e a aquisição das obras de Sade na ditadura militar apresentavam um enorme contrassenso: mesmo estando nos antípodas da moral e pureza militares, por exemplo, a *Filosofia na Alcova* era o quinto livro mais vendido no Brasil em 1968.

Segundo Eliane Robert de Moraes (2006, p. 151), Sade insistiu durante toda sua vida em sua obra que tinha o desejo de conhecer o ser humano em seu todo, “avançando sem medo sobre territórios perigosos, nos quais seus contemporâneos iluministas não ousavam pisar”. O intuito era um só: mostrar a verdade²³ sem rodeios, cuja exigência era abdicar de todo e qualquer preconceito para que fosse possível ampliar o leque de possibilidades de entendimento sobre o que seja a humanidade, permitindo-se dizer tudo que fosse necessário para tal. É claro que sempre paira o perigo iminente de sofrer as consequências e ameaças por *tudo dizer*, a partir do momento em que Sade coloca a filosofia e literatura a serviço de uma transgressão indagadora que não poupa esforços para fazer vir à tona, enquanto uma proposta a quem o lê, tudo o que a censura quer calar. Todavia, o perigo se encontra nos livros em si mesmos ou nas paixões de quem os detêm e os adentram? Ou um meio-termo no qual o risco de ler Sade é “partilhado por um leitor ativo, que se constrói no ato da leitura como sujeito de conhecimento?” (p. 155). De qualquer maneira, os livros de Sade não são para serem queimados nem para serem tornados palatáveis, mas sempre um convite para tentar entender o escopo de sua transgressão maior, a

²³ Sade tem um poema filosófico intitulado *A verdade*, datado de 1787 aproximadamente e nele é possível ver “até que ponto o autor [...] leva a recusa das ideias e preconceitos herdados, tanto os mais enraizados nas filosofias de todos os tempos como também os que na época passam por inovadores e revolucionários” (Gomes, 1989, p. 73-74).

saber, “que traduz um conhecimento que alarga, queiramos ou não, nossa concepção de humanidade” (p. 156).

À guisa de conclusão, como entrever o “valor de uso”, para empregarmos uma expressão de Bataille²⁴, ou quais os ensinamentos ainda deixados por Sade a nós a partir do lamentável episódio que foi o processo contra Jean-Jacques Pauvert, principalmente em seus aspectos morais? A saber, a coragem de Sade e de Pauvert: a coragem do primeiro em tudo dizer e a do último em tudo dele editar e publicar *malgré tout*. Em seu texto “Pour Jean-Jacques Pauvert”, Annie Le Brun diz que a ligação dele com Sade foi muito além do trabalho de editor, preocupando-se sempre com o autor mesmo com as investidas reacionárias que sua empreitada sofreu. Para a escritora, sem o editor seria “bastante possível que Sade ainda nos seria inacessível; no mínimo, não poderíamos lê-lo, desatrelados de toda precaução de uso e em sua integralidade” (2010, p. 610). O papel de Pauvert foi audacioso quando se engajou na publicação dos escritos de Sade em sua integralidade a despeito da lei, a despeito de seu interesse financeiro como editor – pois Sade não vendia! – e, por fim, de certos estudiosos do pensamento do marquês que contentar-se-iam em uma escolha do que seria publicado. Mais do que tudo isso, é a ele também que é devido a ter instigado “os espíritos mais diferentes a introduzirem-se nesses textos, prevenindo por esta diversidade de pontos de vista toda tentativa de apropriação de uma obra ao mesmo tempo tão forte e tão ameaçada”. Le Brun aponta uma coisa a qual jamais perdoarão Sade e justamente o que mais fascinava Pauvert: o marquês ter ousado evidenciar a ligação orgânica da verdade com o corpo, de ter se atrevido a mostrar a verdade “desde então tão perecível como o corpo que lhe dá forma, verdade definitivamente intolerável ao orgulho humano” (p. 611). Por aí, o editor sempre captou o valor inestimável da obra de Sade como sempre soube também que “temos necessidade de viver e não de morrer sob o peso das mais acabrunhantes imposturas as quais você conseguiu salvar Sade”. Ao final, a escritora dedicando tal reflexão em torno do pensamento do marquês, fica na esperança de que à Pauvert, certamente, serão “rendidas muitas outras homenagens” e que “minha única ambição é que esta tenha sido a mais verdadeira”.

REFERÊNCIA

APOLLINAIRE, Guillaume. **El Marqués de Sade**. Trad. de Marcelo H. Ferreira. Buenos Aires: Editorial Quadrata, 2007.

²⁴ Ver Bataille, La valeur d’usage de Sade (2015).

- BERGEN, Veronique. “Sade: les possibilités de pensée en l’absence de dieu” *In: Lignes*, Paris: Editions Léo Scheer, 2004/2 (n° 14), p. 41-50.
- BEAUVOIR, Simone de. “Deve-se queimar Sade?” *In: SADE*, Marquês de. **Novelas**. Trad. de Augusto de Sousa, p. 7-63.
- GARÇON, Maurice. **L’affaire Sade**. Paris: Librairie Jean-Jacques Pauvert, 1957.
- GOMES, Manuel João. “Nem deus nem natureza”. *In: SADE. A verdade e outros textos*. Trad. de Luiza Neto Jorge e Manuel João Gomes. Lisboa: Antígona, 1989, p. 65-76.
- HEUMAKERS, Arnold. “Sade, um libertino pessimista”. *In: BREMMER, Jan. De Safo a Sade: momentos na história da sexualidade*. Trad. de Cid Krepel Moreira. São Paulo: Papyrus, 1995, p. 139-156.
- KAZUHIKO, Sekitani. “La lecture de Sade au Japon: la question de l’obscénité dans le procès Shibusawa/Ishii”. *In: SCLIPPA, Norbert. Lire Sade*. Paris: L’Harmattan, 2004, p. 335-344.
- LE BRUN, Annie. **Les châteaux de la subversion**. Paris: Gallimard, 2010.
- LEVENT, Jean-Marc. “Un acte de censure ‘scélerat’: Sade en procès (1954-1958)”. *In: Lignes*. Paris: Editions Léo Scheer, 2000/3, p. 109-126.
- MORAES, Eliane Robert. **Lições de Sade: ensaios sobre a imaginação libertina**. São Paulo: Iluminuras, 2006.
- OLIVEIRA, Eduardo Jorge de. “Sade: moeda impossível, corpo inesgotável”. *In: SADE. Justine ou os tormentos da virtude*. Trad. de Marcela Vieira e Eduardo Jorge de Oliveira. São Paulo: Iluminuras, 2019, p. 7-20.
- OLIVEIRA, Hilton Tonussi de. **O Marquês de Sade no Brasil nos anos 1960: o mercado editorial**. Rio de Janeiro: Multifoco, 2014.
- PAUVERT, Jean-Jacques. **Sade vivant: une innocence sauvage (1740-1777)**. Paris: Robert Laffont, 1986.
- PAZ, Octavio. **Um mais além erótico: Sade**. Trad. de Wladir Dupont. São Paulo: Mandarim, 1999.
- SADE. **Lettres à sa femme**. Choix, préface et notes de Marc Buffat. Paris: Babel, 1997.